



IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

HISTÓRIA DOS INTELECTUAIS E A TIPOLOGIA DE ANTONIO GRAMSCI: UMA LEITURA CRÍTICA A PARTIR DA TRAJETÓRIA DE CARLOS DIAS FERNANDES

Jean Carlo de Carvalho Costa
jeanccosta@yahoo.com.br
Amanda Sousa Galvêncio
amanda_galvencio@hotmail.com
(UFPB)

Resumo

Do ponto de vista histórico, o uso do termo intelectual foi cunhado na primeira metade do século XIX na Europa e se referia aos sujeitos cujas atribuições se destacavam por movimentar-se na esfera pública, tendo como distintivo social o acesso a níveis elevados de instrução e formação. Ao longo do século XIX, certos eventos impingiram a ele mudanças e atrelando a figura desses sujeitos novos conteúdos, os quais envolvem a sua relação com a cultura e o seu papel enquanto agente da mudança social. A essas mudanças se encontram vinculadas não apenas a eventos relevantes, mas também ao próprio tratamento conceitual de sujeito na vida em sociedade. Além disso, concordando com Sergio Miceli (2001), é preciso ressaltar o fato de que a ascensão da imprensa se torna lugar de profissionalização dessa figura na Primeira República, somadas a sua história de vida e profissional, destacando-se a distinção derivada de seu nível educacional. Antonio Gramsci (1982) pensou esses indivíduos como parte integrante das relações gerais de produção no mundo do trabalho, os tipologizando em intelectuais orgânicos e tradicionais. Um dos objetivos que guiam essa intervenção é refletir crítica sobre o caráter heurístico dessa tipologia para abordar o itinerário intelectual do paraibano Carlos Dias Fernandes na Primeira República. Marco Aurélio Nogueira (2010), em clássico estudo sobre Joaquim Nabuco, ao fazer uso das categorias gramscianas, nos sugere a possibilidade de observar no contexto brasileiro, o surgimento de intelectuais do tipo misto, pois a configuração da conjuntura política no Brasil, em certa medida, aproximou esses sujeitos do Estado, ao mesmo tempo em que esses indivíduos se posicionaram como grandes críticos dos rumos políticos do país. Foi no bojo dessas relações que a questão educacional apareceu enquanto a salvadora dos problemas sociais herdados pelo regime republicano. Para problematizar a tipologia gramsciana e seu uso no entendimento de sujeito partícipe desse cenário intelectual paraibano, utilizamos dois caminhos: por um lado, fontes originárias dos arquivos do jornal A União do período que compreende os anos 1913-1925 e as mensagens presidenciais do governo da Parahyba; por outro, o procuramos pensar inserido em uma rede de ideias circulantes no período tratado a partir, por exemplo, de alguns elementos relativamente similares observados nas preocupações de Rui Barbosa sobre o Ensino Primário e o contributo de Manoel Bomfim e Olavo Bilac, outros importantes sujeitos nesse período.

Palavras-chave: Antonio Gramsci. Intelectuais. Crítica. Carlos Dias Fernandes. Educação.

Todos os homens são intelectuais poder-se-ia dizer então: mas nem todos os homens desempenham na sociedade a função de intelectuais
(GRAMSCI, 1982)





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

Falar com as pessoas em vez de brigar com elas; entendê-las em vez de repudiá-las ou aniquilá-las como mutantes; incrementar sua própria tradição bebendo com liberdade na experiência de outros grupos, em vez de excluí-los do comércio de ideias. É isso que a tradição própria dos intelectuais, constituída pelas discussões em curso, prepara as pessoas para o fazerem bem. A arte da conversação civilizada é algo de que o mundo pluralista necessita com premência. Ele só pode negligenciar essa arte às suas expensas. Conversar ou sucumbir.

(BAUMAN, 2010)

Na atualidade, é interessante se perguntar sobre a impressão que tem sido disseminada sobre a figura do intelectual. Ao longo das últimas décadas, uma geração de pesquisadores, curiosos e demais sujeitos se sentam a mesa ao final de um dia de trabalho, acompanham mudanças radicais nas mais diversas esferas da vida social e, aqui e ali, deparam-se com a imagem desse indivíduo que tem atrás si, em algum programa de televisão, inúmeros livros citados, e a ele é associado esse lugar. Essas mudanças se encontram, indubitavelmente, sob o olhar clínico de certos sujeitos, investigadores e pesquisadores em áreas específicas da atuação humana, e que têm procurado diagnosticar o tempo presente e nos fornecer ferramentas úteis para transitar sobre ele sem deixar de lado a importante produção sobre o tempo humano que até aqui foi realizada. Neste sentido, em um instante de mudanças radicais e de tal rapidez a elas atrelada, é que intervir sobre essas transformações, por vezes, parece ser esforço inócuo. Contudo, parece também não de todo desimportante, isso porque, a depender do alvo investigativo, esse pode, talvez devido à sua proximidade, nos convidar mais rapidamente a refletir sobre ele e a repensar as consequências que sobre ele têm recaído. Ora, a despeito do fato de o intelectual não mais *legislar* e da existência de um *quase* completo divórcio entre Estado e esse sujeito (BAUMAN, 2010), o nosso argumento é que essas *trocas* culturais e o seu compartilhamento, e aqui nos referimos ao diálogo possível entre o olhar do presente e a atuação desse sujeito em tempo passados, hoje, mais maturado, pode nos conduzir, nesse encontro de horizontes interpretativos, a identificar criticamente o que mobilizou esses sujeitos ao longo da gestação dessa figura e o seu legado histórico.

Na esteira desse argumento, a nossa pergunta inicial não poderia deixar de ser “o que afinal, hoje, caracteriza um intelectual?” Ou, mais ainda, “é possível, a partir dessa produção





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

teórica mais recente, refletir criticamente sobre o sujeito, mas também sobre a própria produção?” Inevitavelmente, essas perguntas nos levam a pensar sobre a natureza da palavra intelectual, ainda que não pretendamos ser exaustivos nesse percurso considerando que esse não mais o lugar para tanto. De modo geral, há certo consenso em afirmar que o termo surgiu no contexto de mudanças que, ao longo do século XIX, presentificam-se enquanto transformações radicais na vida em sociedade. Na Polônia, por exemplo, em 1844, a palavra *intelligentsia* se populariza por designar os sujeitos bem educados da sociedade, que apoiados na razão, assumiram o papel de defensores da pátria e educadores do povo. Na Rússia, o termo *intelligentsia* fez parte do círculo literário da época, e se referia ao homem culto, orador eloquente, nacionalista e defensor apaixonado das mudanças sociais. Esses indivíduos se distinguiram dos demais por configurar uma elite que se destacava pelo alto grau de educação e formação, em detrimento das elites de sangue ou de posição econômica (VIEIRA, 2006).

A Rússia também foi o palco em que o termo começou a ser criticado pelos próprios membros da *intelligentsia*, por exemplo, escritores como Tolstoi, Dostoiévski e Chekhov. Em livro, hoje referência clássica, Marshall Berman (1990) ressalta que a década de 1860 constitui marco divisório na história da Rússia, isso porque ela se notabiliza pela emergência de uma nova geração e de um novo estilo de intelectuais, advindo de origens e classes diversas. Por exemplo, em *Memórias do subterrâneo* (1964), Dostoiévski ironizou a ideia de que a *intelligentsia* russa possuía um grau elevado de moral e de aptidão política e, por isso, esse grupo se projetava enquanto portadores da consciência nacional. Na França, no fim do século XIX, principalmente associado ao caso Dreyfus¹, o termo *intellectuels* definia um grupo social de homens e mulheres cultas que defendiam a liberdade e autonomia em relação à razão do Estado (VIEIRA, 2006).

Nesse período, a palavra *intelectual* está estritamente relacionada a atividades políticas, cívicas e de crítica ao poder e as estruturas tradicionais da sociedade. Sendo assim, “[...] enquanto as palavras sábio, erudito, letrado, bem educado, culto representavam adjetivos associados a

¹ O caso Dreyfus se tornou uma referência para história política francesa na terceira República, a ocasião foi marcada por uma ação pública que envolveu artistas, cientistas e escritores contra o Estado pelas normas jurídicas no processo que esse movia contra o militar Alfred Dreyfus (VIEIRA, 2006).





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

sujeitos privados, os termos *intelligentsia* e intelectuais representavam substantivos que conotam um sujeito coletivo em ação na esfera pública” (VIEIRA, 2006, p.4).

No sentido compreendido por Gramsci (1982), as funções do intelectual são peculiares nas sociedades, seja ela tradicional ou moderna, e precisam ser compreendidas como parte integrante do conjunto geral das relações sociais de produção. As atribuições intelectuais requerem do sujeito um maior esforço cerebral que muscular-nervoso. No entanto, mesmo a atividade mais simples exige do trabalhador o mínimo de elaboração no nível do pensamento. O que marca um sujeito enquanto intelectual ou não, seria a divisão social do trabalho, cabendo a esses, uma função determinada nessa estrutura (GRAMSCI, 1982). Para o italiano todo ser humano é um intelectual no sentido mais amplo, contudo, nem todo sujeito desempenha na sociedade o mesmo trabalho intelectual,

Em suma, todo homem, fora de sua profissão, desenvolve uma atividade intelectual qualquer, ou seja, é um “filósofo”, um artista, um homem de gosto, participa de uma concepção de mundo, possui uma linha consciente de conduta moral, contribui assim para manter ou modificar uma concepção do mundo, isto é, para promover novas maneiras de pensar (GRAMSCI, 1982, p. 8)

Isso significa dizer que, mesmo aquele trabalhador que desenvolve no interior de sua profissão atividades mecânicas, também é um sujeito que pensa sobre suas condições de produção, partilha e constrói visões de mundo, apesar de não ser um intelectual no sentido mais restrito da palavra.

Segundo Carlos Eduardo Vieira (1999), no processo de interpretar as ideias de Antonio Gramsci é preciso que seja levado em consideração alguns aspectos fundamentais no seu legado teórico. Para Gramsci, tanto o proletário quanto o jovem, são portadores de uma cultura própria e por isso elaboram suas próprias concepções sobre a vida social. Sua teoria foi construída paralelamente as suas atividades políticas - as disputas internas das organizações políticas de esquerda, bem como os embates dessas forças com o aspecto mais amplo das tendências políticas. Gramsci produziu teorias e conceitos para servirem de estímulo ao pensamento político, ao debate partidário e universitário, mas sempre com o intento de produzir ação política (VIEIRA, 1999). Além de que suas propostas estão ligadas por uma forte tendência historicista, sendo assim, para ele “[...] ideias, crenças e projetos se tornam práticas, que se institucionalizam e geram





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

uma determinada direção para o movimento histórico, que a todo o momento, essa direção pode ser modificada pelos autores ou pelos novos protagonistas da cena social” (VIEIRA, 2008, p. 81).

A discussão proposta por Gramsci (1982) nos interessa por dois motivos: primeiro, ele elaborou estudos tratando das especificidades da categoria intelectual e da relação das suas atividades com o campo da cultura; segundo, no seu legado teórico as ideias não estão desvinculadas das práticas políticas, sendo assim, sua teoria da história dos intelectuais nos ajuda a compreender o Carlos Dias Fernandes enquanto homem das letras que ao gestar discussões em torno do campo educacional de sua época, também produziu ação política.

Em *Os Intelectuais e a Organização da Cultura*, Gramsci (1982) apontou possibilidades de como as pesquisas sociais podem abordar o fenômeno dos intelectuais. Ao elaborar uma história dos intelectuais na sociedade, concebeu a vida social como um todo orgânico, essa organização se assemelha a um corpo que desempenha as mais variadas funções e especializações. A categoria dos intelectuais faz parte desse todo organizado que legitima o domínio de certos grupos sociais ou causa rupturas com esses. Na história moderna, as especificidades desses sujeitos podem ser observadas a partir das funções desempenhadas, tendo sempre em vista o grupo o qual esses indivíduos estão vinculados. Suas atribuições podem assumir o papel de produção, orientação, disseminação, direção e organização do trabalho e de projetos sociais.

Para se entender a ação dos intelectuais em uma determinada sociedade é preciso percebê-los em movimento relacional com a organização do trabalho, e como esse foi sendo construído e distribuído no contexto em questão. A partir de então, apresentam-se as categorias explicativas de *intelectual orgânico* e *intelectual tradicional*. Para Gramsci (1982), ambas as categorias revelam um fazer intelectual dicotômico, sendo tipologizado a partir das diversas gradações escolares e das funções que esses sujeitos desenvolvem em cada agrupamento social. O intelectual orgânico emerge das condições concretas de um determinado grupo social e desenvolve o papel de representar suas condições de classe. O partido político moderno seria o lugar de experiência dos intelectuais orgânicos. O intelectual tradicional se configura a partir de uma autonomia relativa e exerce a função de instituir continuidades históricas que favoreçam os grupos que estão no poder, exercendo influência e autoridade sobre os seguimentos mais





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

populares. Ao reconhecer as finalidades sociais do tipo tradicional, os pensou enquanto frutos de aspirações e necessidades de uma classe:

No mundo moderno, a categoria dos intelectuais, assim entendida, ampliou-se de modo inaudito. Foram elaboradas, pelo sistema social democrático-burguês, imponentes massas de intelectuais, nem todas justificadas pelas necessidades sociais da produção, ainda que justificadas pelas necessidades políticas do grupo fundamental dominante. Daí a concepção loriana do ‘trabalho improdutivo’ (mas improdutivo em relação a quem e a que modo de produção?), que poderia ser parcialmente justificada se levasse em conta que essas massas exploram sua posição a fim de obter grandes somas retiradas à renda nacional (GRAMSCI, 1982, p.12).

Sendo assim, essa categoria também é parte integrante das aspirações de uma classe - a dominante - na medida em que representa suas aspirações sociais, estabelecendo continuidades históricas em que o povo continuaria afastado das experiências políticas². Gramsci (1982) aponta de maneira extensiva como os tipos de intelectual são parte visceral dos processos históricos na formação das sociedades modernas. Essa tipologia, orgânico e tradicional, assume caráter protagonista no interior da teoria gramsciana, sendo cada um desses *tipos*, recortado por outro tipo que se organiza a partir do seu maior ou menos grau de atuação na sociedade. Por exemplo, os intelectuais do “tipo urbano” surgiram justamente com a proliferação da indústria e a partir da organização do trabalho derivado desse modo de produção. Suas funções,

[...] não possuem nenhuma iniciativa autônoma na elaboração dos planos de construção; colocam em relação, articulado-as, a massa instrumental com o empresário, elaboram a execução imediata do plano da produção estabelecida

² Aqui parece importante chamar a atenção para uma impressão crítica interna ao desenvolvimento do argumento gramsciano. Identificamos certa ambiguidade que parece necessitar de maior um maior refinamento crítico. Quando Gramsci (1982) concebe de forma polarizada, intelectuais orgânicos – fruto concreto de uma classe que busca romper com tradições históricas – e intelectuais tradicionais – sujeitos a serviço de um projeto social que legitima poderes hegemônicos. Podemos perder de vista que tanto o intelectual de um tipo, quanto o de outro, se constituíram organicamente, cada qual emergindo de suas respectivas classes sociais. Entretanto, é importante não desconsiderar, como adverte Vieira (2007), que Gramsci produziu sua teoria como parte de um programa político de esquerda, cuja finalidade era chamar atenção para atuação dos intelectuais orgânicos em exercício partidário, em que esses sujeitos assumiam a posição de ruptura histórica com as classes dirigentes. Essa é, sem dúvida, o ponto chave para se caracterizar o intelectual orgânico. No entanto, é preciso perceber que de forma geral e destacando as especificidades intelectuais de cada *tipo*, os intelectuais nas sociedades emergem concretamente - organicamente - das aspirações de uma determinada classe social, mas a ação política e as suas consequências, isso é preciso salientar, que os mesmos assumem, é o que vai caracteriza-los enquanto tradicional ou orgânico, ou seja, é o futuro que vai *dizer* desse sujeito e não as ferramentas conceituais instituídas com objetivos fundamentalmente políticos.





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

pelo estado-maior da indústria, controlando suas fases executivas elementares. Na média geral, os intelectuais urbanos são bastante estandarizados; os altos intelectuais urbanos confundem-se cada vez mais com o autêntico estado-maior industrial (GRAMSCI, 1982, p.12).

Os intelectuais urbanos não exercem função política sobre as massas instrumentais, o que pode acontecer é que as massas através dos seus próprios intelectuais orgânicos venham a exercer uma influência política sobre os técnicos. Os intelectuais do “tipo rural” são marcados pelas seguintes características:

[...] são, em sua maior parte, ‘tradicional’, isto é, ligados à massa social camponesa e pequeno-burguesa das cidades. [...] este tipo de intelectuais põe em contato a massa camponesa com a administração estatal ou local (advogados, tabelião, etc.) e, por essa mesma função possuem uma grande função político-social, já que a mediação profissional dificilmente se separa da mediação política. [...] todo desenvolvimento orgânico das massas camponesas, até certo ponto, está ligado aos movimentos dos intelectuais e dele depende (GRAMSCI, 1982, p. 13).

Sendo assim, a explanação dos *tipos intelectuais* proposta por Gramsci (1982), nos levam ao entendimento de como essa categoria social pode ser elucidativa para entendermos como a vida social, seja no campo ou no espaço urbano, é permeada pelas funções que esses sujeitos desempenham. Nesse sentido, Gramsci (1982) explora algumas características centrais na composição dos Estados nacionais a partir das características propostas sobre esses sujeitos. Na Itália, por exemplo, os intelectuais exerceram função internacional e cosmopolita, isso de certa forma desagregou as energias nacionais. Na França, a situação foi diferente, pois o seu desenvolvimento social forneceu um tipo completo e harmônico de todas as energias nacionais e, particularmente, das categorias intelectuais que,

[...] sem efetivar compromissos essenciais com as velhas classes, mas pelo contrário subordinando-os às próprias finalidades. As primeiras células intelectuais do novo tipo nascem com as primeiras células econômicas [...]. Esta maciça construção intelectual explica a função da cultura francesa nos séculos XVIII e XIX, função de irradiação internacional e cosmopolita e de expansão do caráter imperialista e hegemônico de modo orgânico [...] (GRAMSCI, 1982, p.17).





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

No caso da América do Sul e Central, o autor observou uma composição ampla da categoria de intelectuais tradicionais,

[...] na base do desenvolvimento desses países os quadros da civilização espanhola e portuguesa dos séculos XVI e XVII, caracterizada pela Contra-Reforma e pelo militarismo parasitário. [...] A base industrial é quase inexistente, por predominar as propriedades latifundiárias, os intelectuais que ali se encontram são na sua maioria do tipo rural, que são ligados ao clero e os proprietários. A composição racial nacional é diversificada. [...] existe ainda nessas regiões americanas uma situação tipo *Kulturkampf* e tipo processo Dreyfus, isto é, uma situação na qual o elemento laico burguês ainda não alcançou o estágio da subordinação, à política laica do Estado moderno, dos interesses e da influência clerical e militarista. Assim, ocorre que, na oposição ao jesuitismo, possui ainda grande influência a Maçonaria e o tipo de organização cultural como a ‘Igreja Positivista’. Os eventos políticos dos últimos tempos (novembro de 1930) - *Kulturkampf* de Calles, no México, às insurreição militarista-populares na Argentina, no Brasil, no Peru, no Chile, na Bolívia – demonstram precisamente a exatidão destas observações (GRAMSCI, 1982, p.21-22).

Nesse sentido, suas formulações em torno desses sujeitos levaram em consideração as especificidades históricas de cada sociedade em construção. Para finalidade desse estudo, o tomaremos como ponto partida. No entanto, nossas reflexões não pretendem a partir do modelo proposto, arrumar os intelectuais de forma polarizada. O que se pretende explorar na teoria é a utilização de uma ferramenta que nos conduza ao movimento de levarmos tanto a explicações mais gerais sobre as atividades dos intelectuais na sociedade, contudo, sem perder de vista as particularidades que marcam essa atuação em contextos específicos³.

Carlos Dias Fernandes: o *intermezzo* na tipologia gramsciana?

No transcurso da nossa pesquisa, cujo contato se deu de forma dialógica entre nosso referencial teórico - Gramsci (1982) - e as fontes propostas para esse estudo, foi possível

³ Ao estudar o itinerário intelectual de Gramsci, Vieira (2008), apresentou dois movimentos lógicos assumido por ele na elaboração da sua teoria “[...] primeiro a interpretação dos seus sentidos no interior das formulações que os originam e, depois, a operação de resignificação desses conceitos no interior do seu projeto de investigação” (VIEIRA, 2008, p. 67). Sendo assim, podemos entender que Gramsci compreendia os conceitos e as categorias como elementos plásticos passíveis de serem adaptados a outras realidades, no sentido de dar inteligibilidade a fenômenos aparentemente similares, mais que possuem características próprias.





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

identificar que o itinerário intelectual de Carlos Dias Fernandes nos revela que a categoria proposta pelo italiano – orgânico e tradicional - assumiu outras formas, o que reforça a necessidade de que o nosso olhar seja, de modo imprescindível, não guiado pela produção teórica apenas, a qual sempre é consequência de experiência social distinta e que essa deva nos convidar a dialogar criticamente com ela. Em alguns momentos, por exemplo, Dias Fernandes se aproximava do intelectual do tipo tradicional, em outros, do tipo orgânico. Esse argumento se fundamenta na trajetória de vida e profissional desse sujeito, bem como na própria experiência dos intelectuais brasileiros na transição do século XIX para o século XX, que nos apontam para as especificidades que compõem a formação social no Brasil. Nesse sentido, para nos dar apoio no argumento, utilizamos Miceli (2001) e Nogueira (2010), pois ambos produziram obras que, hoje, são referência na investigação de trajetórias intelectuais no Brasil, ainda que abordando períodos distintos. Apesar disso, nelas é possível observar argumentos heurísticos a percorrer e que nos serviram de contraponto para discutir as especificidades da atuação intelectual de Carlos D. Fernandes e a tipologia gramsciana.

Miceli (2001) investigou a configuração do campo intelectual, denominado por ele de *intermezzo*. Esse termo é utilizado para identificar a experiência comum dos intelectuais que aturam entre a geração de 1870 e o movimento modernista de 1922. Segundo o autor, essa geração de intelectuais possuíam características similares, dentre as quais o fato de ser fruto de uma nova ordem social caracterizada pelo surgimento da profissionalização do campo:

[...] nessa fase se desenvolveram as condições sociais favoráveis à profissionalização do trabalho intelectual, sobretudo em uma forma literária, e à constituição de um campo intelectual relativamente autônomo, em consequência das exigências postas da diferenciação e sofisticação do trabalho de dominação (MICELI, 2001, p.16).

Nesse sentido, o argumento apresentado por Miceli (2001), é parte integrante do que Gramsci (1982) propôs para história dos intelectuais. Para o italiano, esses sujeitos devem ser observados como parte do quadro geral das funções de hierarquia no mundo do trabalho, e, portanto, a necessidade de percebê-los dentro dessa realidade. Miceli (2001) denomina esses sujeitos de *grupo dos anatólianos*, ou seja, esses intelectuais fazem parte de uma experiência social que está estreitamente relacionada com a divisão e complexidade que o trabalho intelectual





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

assumiu em determinado momento da história brasileira. Esses se distanciam dos intelectuais da geração de 1870 - caracterizados por uma mistura de intelectual e político - e nem podem ser qualificados como portas-vozes diretas dos políticos das oligarquias - intelectuais treinados nos meios cosmopolitas da capital e reconhecidos pelo pacto de força das oligarquias locais.

O grupo dos ‘anotidianos’ não se enquadra em nenhuma das categorias existentes na época, pois constituem o produto de uma primeira forma de diversificação de papéis no âmbito do trabalho de dominação. Os integrantes desses grupos prefiguram um tipo novo intelectual profissional, assalariado ou pequeno produtor independente, vivendo dos rendimentos que lhes propiciam as diversas modalidades de sua produção, desde a assessoria jurídica, as conferências, passando pelas colaborações na imprensa, até a participação nos acontecimentos mundanos e nas campanhas de mobilização em favor do serviço militar, da alfabetização, do ensino primário e etc. (MICELI, 2001, p. 54)

Isso significa dizer que esses sujeitos estavam imersos em uma nova ordem social, a qual, na metade do século XIX - principalmente depois da Abolição e da Proclamação da República - começou a surgir no contexto brasileiro: a ascensão de uma classe média urbana e a profissionalização de setores ligados à indústria da imprensa, cujos cargos foram assumidos prioritariamente pelos letrados da época. As funções desenvolvidas na imprensa brasileira se caracterizavam pelas mais variadas atribuições, as quais não estavam mais pautadas apenas no privilégio da aristocracia de corte, mas se destacavam pela meritocracia (AGUIAR, 2000; ALONSO, 2009). O acesso aos altos níveis do sistema educacional, como o ingresso nas faculdades existentes naquele período, tornaram-se fator de distinção⁴ e de estratégia de reconversão do capital social (MICELI, 2001).

⁴ Ao se debruçar sobre o papel dos intelectuais na história recente e em seu papel enquanto gestor do tempo presente e futuro, Gramsci (1982) parecia ter em mente que estudar esses sujeitos nos levaria a entender como uma determinada sociedade criou seu sistema de escolarização, pois as atividades intelectuais nos remetem ao estágio atingido pela cultura e civilização das sociedades: “A escola é o instrumento para elaborar os intelectuais de diversos níveis. A complexidade da função intelectual nos vários Estados pode ser objetivamente medida pela quantidade das escolas especializadas e pela sua hierarquização: quanto mais extensa for a ‘área’ escolar e quanto mais numeroso forem os ‘graus’ ‘verticais’ da escola, tão mais complexo será o mundo da cultura, a civilização, de um determinado Estado.” (GRAMSCI, 1982, p. 9).





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

Nesse sentido, a trajetória de Carlos Dias Fernandes aponta para similaridades com o argumento desenvolvido por Miceli (2001)⁵, isso porque esse intelectual era filho de médico – o pernambucano João Nepomuceno Dias Fernandes-, e sua mãe - D. Maria Augusta Saboia Dias Fernandes - matinha uma indústria caseira de doces com escravos na cozinha e na rua com tabuleiros de guloseimas (MARTINS, 1976). Nascido em uma família urbana de profissionais liberais, sua trajetória de vida o sugere parte de uma linhagem aristocrática ou de grandes proprietários rurais, como foi o caso do intelectual Joaquim Nabuco, integrante da denominada *Geração de 1870* e que, do nosso ponto de vista, ainda assim, confundiu ao longo de todo o século XX, pesquisadores que procuraram fazer uso de *tipologias* para enclausurá-lo no que elas consubstanciavam. A realidade de Carlos Dias Fernandes parece se constituir também nesse *terceiro espaço*, ou seja, essa realidade parece ser, do nosso ponto de vista, mais próxima de papel não facilmente discernível no intelectual brasileiro àquele período. Um esforço de aproximá-lo, ainda que tateando e inquieto com as clausuras conceituais, talvez seja o estreitamento possível entre ele e a também trajetória intelectual relevante do sergipano Manoel Bomfim, filho de um mulato que ascendeu por meio do trabalho na cidade de Aracajú-SE e que foi alvo de abordagem nossa em momento anterior (COSTA, GALVÍNIO & ESPINDOLA, 2010).

O pai de Carlos Dias Fernandes foi aluno na Universidade de Coimbra ainda no início século XIX, que nos indica que sua família era de certa forma, pertencente à elite brasileira. Segundo José Murilo de Carvalho (2008), era uma prática tipicamente da elite desse início de século mandar seus filhos estudarem em Coimbra. Nepomuceno D. Fernandes “Era um homem inteligente e tinha as suas tintas de cultura geral. Falava corretamente o francês e não largava o seu Racine ou seu Rousseau” (MARTINS, 1976, p. 15). Entretanto, na infância de Carlos D. Fernandes sua família tinha como base de renda o exercício da medicina do seu pai e o pequeno comércio de doces de sua mãe (MARTINS, 1976).

A cidade paraibana Mamanguape, onde nasceu e viveu com sua família, era um importante ponto de comércio de algodão e de açúcar. Essa realidade fez prosperar na cidade uma forma de vida mais próxima dos primeiros centros urbanos no Brasil:

⁵ Ver *Intelectuais à brasileira* (2001) páginas 18 e 19 - Quadro 1 – TRUNFOS, HANDICAPIS E CARREIRAS.





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

A rua do Comércio, em que predominavam as casas exportadoras e os armazéns de estivas e fazenda em grosso, enchia-se, nas feiras de sábado, de uma multidão barulhenta que mais se adensava nas imediações do mercado transbordando para ruas da Ponte e da Cruz. Cargas de algodão, de açúcar e de gêneros de toda espécie iam e vinham tanto dos engenhos e povoados do municípios como de muito mais longe.

No centro e na Salema amontoavam-se sacas e mais sacas de algodão havendo vários armazéns de açúcar, tudo esperando embarque nas barcas que não encontravam dificuldades em subir aquele trecho do rio Mamanguape.

A cidade da província, que fora o empório comercial do Estado, e que foi berço, atuava sobre seu espírito ávido de sanções e liberdade como pesadelo (MARTINS, 1976, p.16-17)

Nesse contexto de proliferação das primeiras cidades brasileiras tipicamente urbanas e marcadas pela diversidade do mundo trabalho, sugerimos que Carlos D. Fernandes foi fruto dessa nova experiência social, e que teve como dispositivo de ascensão seu *nível elevado de instrução e formação*, elemento por nós aludido no início dessa intervenção. A própria trajetória de vida de Carlos D. Fernandes nos indica a dificuldade que esse intelectual teve para se manter longe da Parahyba. Quando foi estudar farmácia no Recife, em 1890, contava com uma boa mesada que seu Tio Avô José Adolfo de Oliveira Lima lhe dava. Contudo, com a morte do seu financiador e parente, viajou para o Rio de Janeiro em princípios de 1892 e teve que “[...] abraçar, tão menino, as posições mais subalternas, para não morrer de fome e de frio como os cães sem dono [...]” (MARTINS, 1976, P. 18).

De certo modo, esses fatores colaboraram para o distinguir da trajetória do intelectual sergipano Manoel Bomfim, filho de um vaqueiro bem sucedido que contou com uma gorda mesada e uma boa herança deixada pela sua família durante a sua vida (AGUIAR, 2000). No entanto, o que os aproximam além do acesso a cultura letrada, o engajamento nas questões educacionais e a relação com cargos no Estado, foi à experiência de fazerem parte de uma nova ordem social: a classe média urbana e do desenvolvimento das burocracias intelectuais, como por exemplo, a grande imprensa, as instituições políticas e as organizações partidárias (MICELI, 2001)

Esses sujeitos, filhos de parentes pobres das oligarquias, mas que possuíam um alto nível de educação em relação ao resto da população, aproximavam-se das organizações políticas do Estado, com o intuito de manter sua distinção social através do trabalho intelectual, como





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

também pelas oportunidades de trabalho existentes (MICELI, 2001; NOGUEIRA, 2010). Carlos Dias Fernandes nunca chegou a exercer cargos de chefe de Estado, mas teve atrelada a sua vida profissional de jornalista e literato⁶, vínculos estreitos com os políticos como: Castro Pinto, Epitácio Pessoa, Antonio Lemos, Floriano Peixoto e Oliveira Lima (MARTINS, 1976). A aproximação da vida política foi uma estratégia dos grupos dos anatólianos, como forma de garantir os postos mais elevados na hierarquização das atividades exercida pelos intelectuais, como o posto de editorialista (MICELI, 2001), que Fernandes teria assumido durante sua atuação na Parahyba do Norte junto ao órgão de comunicação oficial do Estado e o jornal *A União*.

Sugerimos que Carlos D. Fernandes foi um intelectual do *tipo anatóliano*, que emergiu organicamente dessa nova geração de intelectuais profissionais, que se encontra no entremeio, entre as oligarquias – a elite política dominante na Primeira República – e o povo – relegado das possibilidades de participação política e de mobilidade social. Em relação a sua postura política, apontamos que as categorias gramscianas em contato com a experiência brasileira adquiriu outras formas, condicionadas pela própria especificidade do contexto.

Nesse sentido, seguindo talvez na esteira de Sergio Miceli, isso porque se trata de investigação posterior, Nogueira (2010), ao tratar da política na trajetória de Joaquim Nabuco, depara-se com as categorias gramscianas, em voga na época de sua pesquisa, início dos anos de 1980, sugere o termo: *intelectuais mistos*, aí já anunciando olhar mais cuidadoso sobre o papel de uma *tipologia*. Sendo assim, seria razoável dizer que as trajetórias dos intelectuais brasileiros nos apontam para outro tipo, que se encontra numa linha fronteira⁷, pois os intelectuais tradicionais também podem contribuir para definição dos jogos de hegemonia empreendidos por classes ascendentes, diluindo em partes sua distinção⁸ (NOGUEIRA, 2010). No Brasil, não houve o

⁶ Segundo Martins (1976) e Trigueiro (1982) Carlos D. Fernandes atuou principalmente como Jornalista Político. Na mensagem presidencial do governo do Estado de 1 de setembro de 1917, Francisco Camillo de Holanda delegou as seguintes atividades para Fernandes na Imprensa Oficial: “A sua superintendência técnica continua sob a criteriosa direção do brilhante jornalista e reputado escritor, sr. Dr. Carlos Dias Fernandes que exerce também as funções de administrador da Imprensa Oficial. A infalível correção d’aquela meu imediato auxiliar, os seus predicados intelectuais ser com justiça reputado um dos melhores órgãos da Imprensa do Norte.” (HOLLANDA, 1917, p.33).

⁷ Nogueira teve como hipótese central do seu trabalho, a atuação de Nabuco na vanguarda da revolução burguesa no Brasil. O pernambucano teria assumido o caráter de intelectual orgânico da burguesia brasileira (RICUPERO, 2010)

⁸ O próprio Gramsci (1982) observou o mesmo fenômeno quando tratou do partido político na modernidade e a integração dos tipos tradicionais nestes: “[...] a fusão entre os intelectuais orgânicos de um dado grupo – o grupo





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

surgimento dos intelectuais de tipo orgânico puro, isso porque a própria experiência brasileira esbarrava na revolução burguesa conservadora:

[...] a burguesia industrial não nasceu à margem da ‘aristocracia rural’, nem contra ela, mas sim como extensão sua e na dependência dela. Seus intelectuais orgânicos foram, assim, muito mais imagem da continuidade que da ruptura. Os diferentes grupamentos intelectuais, aliás, tinha em sua vasta maioria um perfil tradicional, ou seja, portavam autonomia imediata diante das classes sociais e – especialmente no contexto do século XIX – viam-se como continuadores de histórias e tradições (NOGUEIRA, 2010, p.27)

Para Nogueira (2010), esse foi um período marcado por dois fatores essenciais: um deles seria a ausência de uma atmosfera cultural, fazendo com que esses intelectuais tivessem um público muito reduzido; a outra residiu no argumento de que as camadas médias e populares da sociedade sofriam de desagregação política, em parte, isso resultaria no arranjo social que levaram os intelectuais a buscarem apoio do Estado como seu maior financiador. Nogueira (2010) ainda sugere que esse movimento teria integrado os intelectuais aos esquemas de poder, fazendo com que suas atividades estivessem atravessadas por um abismo entre eles e o povo-nação, favorecendo, portanto, a criação de uma atmosfera de superioridade e autonomia em relação à população.

Em *A formação das Almas*, José Murilo de Carvalho (2011) destaca que o impasse da divisão social do trabalho no Brasil nas vésperas da República estava marcado, sobretudo, por problemas causados pela escravidão. Isso afetava diretamente as atividades dos intelectuais brasileiros, pois segundo a Gramsci (1982) a organização das atividades laborais em determinada

dominante – e os intelectuais tradicionais; e esta função é desempenhada pelo partido precisamente em dependência de sua função fundamental, que é a de elaborar os próprios componentes, elementos de um grupo social nascido e desenvolvido como “econômico”, até transformá-los em intelectuais políticos qualificados, dirigentes, organizadores de todas as atividades e funções inerentes ao desenvolvimento orgânico de uma sociedade integral, civil e política. [...] um intelectual passa a fazer parte do partido político de um determinado grupo social confunde-se com os intelectuais orgânicos do próprio grupo [...]” (GRAMSCI, 1982, p.14). Como também, quando destacou que em determinados arranjos sociais, a fusão dos intelectuais orgânicos e tradicionais, foi decisória nos processos de construção nacional. Exemplo do caso Inglês e Alemão: no primeiro houve uma junção da velha aristocracia fundiária - que mesmo perdendo a supremacia econômica conservou a supremacia político-intelectual -, com os intelectuais orgânicos nascidos do processo de industrialização que detinha o poder econômico; no segundo, os *Junkers* prussianos mantiveram o controle bem maior que o mantido pelo mesmo grupo inglês, no sentido que além exercem o controle político-intelectual ainda possuía o poderio econômico (GRAMSCI, 1982).

524





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

sociedade está estreitamente ligada às atribuições exercidas por esses sujeitos. Os segmentos sociais deslocados da sociedade escravocrata e que não viviam diretamente dos seus benefícios, buscavam no emprego público uma carreira profissional,

Bacharéis desempregados, militares insatisfeitos com baixos salários e com minguados orçamentos, operários do Estado em busca de legitimação social, migrantes urbanos em busca de empregos, todos acabavam olhando para o Estado como porto de salvação (CARVALHO, 2011, p.29).

Em parte, isso justifica a aglomeração dos intelectuais aos setores estatais, no sentido que a própria configuração das oportunidades de trabalho levava esses homens das letras a buscarem auxílio no Estado. Porém, isso não sugere uma passividade diante da política instituída, o próprio Carvalho (2011) enfatizou que os intelectuais que ajudaram a proclamar a República brasileira, como por exemplo, Alberto Torres, foi grande crítico dos rumos que o novo regime havia tomado⁹.

Sendo assim, a sugestão de “cooptação” que nos fala Nogueira (2010), de certa forma, enclausura a análise. Talvez, seja mais elucidativo apontar para uma dinâmica dialógica, entre os intelectuais e o Estado (BOTELHO, 1999; VIEIRA, 2007; ALONSO, 2003). Os intelectuais não foram totalmente cooptados pelo Estado, pois não aceitaram passivamente a política do Imperador nem a República que se inaugurava.

A República foi resultado do rompimento com a política imperial, que emergiu mais fortemente a partir da década de 70 do século XIX. Suas bases foram construídas com a intenção de negação ao passado imperial. Caberia ao novo regime resolver os problemas sociais, sendo visto enquanto sinônimo de razão, futuro, evolução e modernização (MELLO, 2008), os intelectuais brasileiros tiveram atuação importante nesse contexto. E nesse sentido, a figura do intelectual misto apontado por Nogueira (2010), que ora preservava continuidades históricas, ora rompia com essas, faziam parte do jogo político da época.

O diferencial desses sujeitos em relação ao passado seria a ênfase no povo brasileiro, mesmo que esses fossem tutelados pelo Estado (ALONSO, 2002). Segundo Carvalho (2011), houve

⁹ No Império, segundo Alonso (2003), essa passividade precisa também ser relativizada. No sentido que, mesmo esses sujeitos estando ligados de uma forma ou de outra a atividades na máquina estatal, foram homens que por se encontrarem em posição desfavorável no jogo do poder assumiram postura de contestadores da ordem imperial (ALONSO, 2003).





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

três grandes versões para as posturas republicanas no Brasil – liberdades dos modernos ao molde americano, liberdade dos antigos à jacobina e o positivismo. O autor concluiu que nessas variantes a ideia de povo, por vezes, era abstrata e amorfa, ou na melhor das hipóteses, estavam sob a tutela do Estado corroborando com o argumento anterior. A incorporação do povo na esfera pública do novo regime seria a tarefa que os intelectuais da Primeira República iriam percorrer (ALONSO, 2009; CARVALHO, 2011).

Carlos D. Fernandes ora apontava para rupturas com as classes de poder, ora estabelecia algumas continuidades. Por exemplo, ele assumia postura orgânica quando se engajava nas lutas políticas que buscavam a superação de problemas sociais, como: a necessidade da educação feminina para emancipação política da mulher; quando tratou do analfabetismo e dos males sociais causados pela falta de assistência à infância. Ao mesmo tempo, pela própria conjuntura social de sua época, se mostrava com certa autonomia intelectual diante da população paraibana, e muitas vezes, assumiu o papel de mediador da cultura letrada, disseminador do legado cultural humanístico, e em outras, legitimador do poder político local. Carlos Dias Fernandes mantinha relação de amizade com o ex-presidente e ex-ministro da República Epitácio Pessoa, conforme Trigueiro (1982), a política na Paraíba na primeira fase republicana era comandada pelo político paraibano que escolhia os representantes do governo a partir das suas perspectivas pessoais¹⁰.

Para Botelho (1999), os intelectuais brasileiros que atuam na transição do regime imperial para o republicano viam-se enquanto tutores do povo e guardiões da cultura letrada. Esses sujeitos se sentiam na obrigação de disseminar a luzes para a população que foi historicamente relegada à margem da sociedade. Na esteira desse argumento, a questão educacional foi

¹⁰ Encontramos duas cartas de Epitácio Pessoa endereçadas a Carlos D. Fernandes, que revelam esse estreito laço. A primeira foi escrita em Paris (9 de março de 1914), na qual Epitácio Pessoa teceu algumas impressões elogiosas sobre a conferência “Noção de Pátria” - proferida no aniversário do Lyceu Parahybano naquele ano - e sobre “Os Cangaceiros” - esse livro foi publicado inicialmente em folhetim pelo jornal *A União* (1914), em seguida, o jornal carioca *O Paiz* também o publicou. A segunda carta, Epitácio Pessoa se encontrava no Rio de Janeiro (17 de janeiro de 1925), e tratava da finalização de um livro escrito por ele, no qual comentava sobre problemas na natureza da edição da obra - por esses motivos haveria de editá-lo no Rio mesmo. Ao se despedir do intelectual enfatizou a sua satisfação pelo amigo ainda estar à frente da imprensa oficial paraibana: “Folgo de vê-lo ainda à testa da Imprensa Oficial. Se o novo governo o dispensasse é que me causaria desprazer. Um abraço do colega e amigo” (PESSOA, 1925, p.7). Além disso, outro fato que nos sugere uma relação estreita entre o intelectual e o político foi em 1919, quando Fernandes escreveu “Monografia de Epitácio Pessoa”, nesse mesmo ano, podemos acompanhar pelas páginas d’*A União*, a divulgação do livro e as matérias elogiosas a Epitácio Pessoa.





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

discussão fulcral, pois, esses homens acreditavam que através da disseminação da instrução, a nação brasileira sairia da sua posição de atraso nacional para compor o quadro entre as sociedades consideradas adiantadas na marcha da civilização.

Houve diferenças significativas pelo modo dos quais esses intelectuais tomariam parte no debate político educacional. Contudo, sua característica principal pode ser resumida na ideia de educação como “redenção nacional” fruto do iluminismo tardio (BOTELHO, 1999). Dessa forma, assim como Carlos D. Fernandes, os intelectuais brasileiros construíram paralelamente ao seu itinerário de homens da cultura letrada, posições frente ao debate que envolvia a modernização via educação.

Destacamos alguns das principais ideias defendidas por esses homens como, por exemplo: Tavares Bastos, pensou a educação em termos de emancipação e instrução; Joaquim Nabuco argumentou em torno do derramamento da instrução; Rui Barbosa interligou o desenvolvimento do processo educativo com a qualidade obtida na produção do trabalho, argumentando que toda produção é efeito da inteligência; Oliveira Vianna, tratou a educação como sendo um bem universal e a principal geradora das virtudes públicas; Manoel Bomfim, por sua vez, acreditava que seria mediante a reformulação do sistema educacional brasileiro que possibilitaria a superação da influência nefasta da colonização ibérica (BOTELHO, 1999).

No cenário paraibano, percebemos um intenso debate político-educacional a partir de consultas no jornal *A União* - na ocasião da direção de Carlos D. Fernandes. Podemos citar como exemplo, as matérias referentes à Universidade Popular que no ano de 1913 esteve em evidência no jornal. Essa Universidade se constituiu por organizar no Theatro Santa Roza uma serie de conferência cuja proposta era discutir a relação entre educação e o mundo do trabalho. Idealizada pelo Presidente de Estado Castro Pinto, por Symphroneo Magalhães e Matheus de Oliveira, tinha como público alvo os alunos das aulas públicas e os operários. As conferências aconteceram durante todo o primeiro semestre do ano de 1913, sendo no total de 12 reuniões.

Dando prosseguimento as conferências iniciadas com a iniciativa da Universidade Popular, o intelectual pernambucano Carneiro Leão (1914) realizou no Lyceu Parahybano uma conferência sob o título *Educação popular*. Carneiro Leão argumentou em torno dos benefícios dos métodos modernos da educação popular. O método se referia a necessidade de investimento por parte do





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

Estado na educação que abrangesse as classes desfavorecidas da sociedade. Pois, foram a partir desses mecanismos que outros países, como França e Inglaterra, conseguiram diminuir os problemas sociais que atravessavam a vida da juventude. Carneiro Leão acreditava que o Brasil só superaria seus males sociais - analfabetismo, prostituição infantil e alcoolismo – por meio da ação educativa.

Carlos Dias Fernandes, em uma de suas matérias sobre os problemas educacionais no país, discorreu sobre a visita do professor belga Paul de Vuyst, que na ocasião visitava o Rio de Janeiro - dezembro de 1924. O intelectual paraibano criticou a intervenção de ideias cujo foco não se debruçava sobre as especificidades da realidade educacional brasileira. Para Fernandes, era inviável um plano de educação que atendesse as necessidades de todos os povos, no sentido que cada nação possuía suas particularidades, condicionada pelos fatores políticos, geográficos e históricos. No caso do Brasil, esse problema residiria principalmente na falta de coesão nacional e na necessidade de aprimoramento dos estudos da nossa língua, da nossa história, da fauna, da flora, da instrução técnica para o trabalho e etc. No entanto, essa era uma questão, não para ser solucionada por estrangeiros, mas sim, pelos próprios brasileiros,

Os nossos sociólogos, cientistas, artistas e pedagogos, soccorridos pela experiência das nações cultas, é que têm de resolver, collaborando simultanea e desprendidamente, o nosso problema de ensino, ainda, por nosso mal, recuando à primitividade do analfabetismo (FERNANDES, 1924, p 1)

Esses argumentos nos levam acreditar que Carlos D. Fernandes ao se preocupar com os problemas sociais visava a partir de suas ideias, a consolidação de propostas educativas que elevasse a nação brasileira ao nível das civilizações modernas, discussão essa, muito comum entre os intelectuais brasileiros desse tempo. Isso nos faz pensar que o tema da educação nacional, tanto no Império¹¹ quanto na primeira República¹², foi assunto dos debates políticos em torno do futuro da nação.

¹¹ Angela Alonso (2008) enfatizou que o movimento da geração de intelectuais de 1870 defendia o direito da universalização do ensino básico.

¹² Segundo Rocha (2004) a questão educacional no regime republicano passou a ser justificada pela “[...] exigência da incorporação do povo à nação; e a da *insuficiência* do povo para o exercício da cidadania[...]” (ROCHA, 2004, p.18). A primeira ideia relacionava-se a República pela premissa base da emancipação do povo a vida política; a segunda





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

A tipologia gramsciana nos serve de modelo para construir uma interpretação auxiliar sobre o fazer intelectual desses sujeitos. Esses ao mesmo tempo em que agregaram valores tradicionais condicionantes da conjuntura social pelo meio da qual exerceram o papel de organizadores e mediadores da cultura brasileira. Também, nos revela o elemento orgânico, pois estavam envolvidos de uma sociedade que possuía um contingente significativo da população em estado de analfabetismo e completamente alheios aos mecanismos políticos inaugurado com o regime republicano. Dessa forma, os intelectuais travaram lutas políticas no sentido de ampliar os canais educativos para o maior número de pessoas.

Foram por intermédio dos meios de comunicação que se propagaram os novos tempos. Essas ideias ganhavam a cena social e polarizavam os dois regimes em questão: a República era associada às ideias de soberania popular, liberdade, progresso, chefe eleito e responsável, talentos ou méritos, cidadania, energia, federalismo e ciência; o Império era avaliado enquanto passado que deveria ser negado e condenado, comparava o período imperial à forma de políticas de tirânicos, soberania de um, chefe hereditário, sagrado inimputável, privilégio, súditos, apatia, atraso, centralização e teologia (MELLO, 2008).

Carlos D. Fernandes, teve sua atuação política e intelectual atrelada ao jornalismo político (MARTINS, 1976; 19178, TRIGUEIRO, 1982), e nesse sentido fez parte das propagandas que exaltavam o novo regime. Suas atividades tiveram início no fim do século XIX, trabalhando em diversos periódicos fluminenses: *Jornal do Comércio*, *Gazeta da Tarde*, *O Debate*, *A imprensa* – secretariando Rui Barbosa -, e na *Cidade do Rio* de José do Patrocínio. Na ocasião da morte do poeta negro catarinense Cruz e Souza – seu grande amigo - fundou com Saturniano Meirelles, Mauricio Jubim, Tibúrcio de Freitas e Elysio de Carvalho, as revistas *Meridional* e *Rosa Cruz*.

No início do século XX, viveu em terras amazônicas durante 10 anos, em Manaus se aproximou do renomado Intelectual José Veríssimo, e em Belém, desenvolveu intensas atividades intelectuais ligadas também ao jornalismo, trabalhando na *Gazeta de Belém* na *A Província do*

fazia crítica de que o povo brasileiro ainda estava impossibilitado de participar das decisões na esfera pública. Desse modo, essas questões traziam à tona o caráter de urgência do problema da educação, tornando-se uma das discussões fulcrais da época.





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

Pará - ali residia sob a proteção do político Antonio Lemos (MARTINS, 1976). No Recife, trabalhou paralelamente aos estudos na Faculdade de Direito, nos jornais: *Jornal do Recife* e o *Pernambuco*.

Na Paraíba, entre os anos de 1913 e 1925, foi diretor da imprensa oficial do Estado e do jornal *A União*. E em 1926, trabalhou como redator no jornal *O Paiz*, e no mesmo ano, com a missão de representar *O Paiz* do Rio de Janeiro e *A União* da Paraíba, foi ao Congresso Pan Americano de Jornalismo em Washington. Em seguida foi convidado a participar do III Congresso Mundial de Imprensa a se realizar em Genebra - sua presença era reclamada como figura que mais havia se destacado no jornalismo brasileiro (MARTINS, 1976).

O seu itinerário intelectual nos levou perceber que na Primeira República, teve intenso trabalho atravessado pela dinâmica da política brasileira, de modo que, seu trajeto nos remete também a sua ação política. Esse argumento contraria a discussão proposta pela Angela Alonso (2009) em seu artigo *O debate político-intelectual brasileiro na primeira década republicana*. A autora apontou para o rompimento da ação política dos intelectuais brasileiros a partir do ano de 1897, sugerindo que,

A guerra escrita perdeu vigor com o apaziguamento da conjuntura política. A partir de 1897 se desarticularam conjuntamente jacobinos e monarquistas. [...] O debate intelectual foi ganhando nova tônica, cada vez mais apartado da política militante (ALONSO, 2009, p.146).

Nesse sentido, os intelectuais da época teriam criado para si, o que convencionalmente haveria de se chamar “República das letras”, como forma de apaziguamento dos debates políticos. Foi na Academia Brasileiras de Letras-ABL, que as identidades intelectuais de arrivistas políticos do período anterior fundiram suas concepções políticas na literatura nacional. Formou-se assim uma nova aristocracia, agora o do talento, em detrimento a antiga aristocracia de corte (ALONSO, 2009).

No entanto, o que outras pesquisas demonstram (VIEIRA, 2007; GOMES, 2010) é que esse evento não teria afastado os intelectuais brasileiros da militância política. Os debates continuaram existindo na cena nacional, principalmente nos meios de comunicação disponíveis na época - foi o que também demonstrou a pesquisa de Carvalho (2011) sobre as disputas do imaginário republicano. Vieira (2007) tratando especificamente do engajamento políticos desses intelectuais





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

na educação destacou que, na I Conferência Nacional de Educação (CNE) realizada em Curitiba em 1927, o debate se guiava em torno da educação como estratégia para consolidar a unidade do país e elevá-lo ao patamar de civilização moderna:

[...] a crença no poder redentor da escola não estava associada exclusivamente à difusão do saber, mas sim na afirmação de um discurso político moralizador que, para além dos valores sustentados, instituía os intelectuais educadores, engajados e cosmopolitas como intérpretes e guias privilegiados dos interesses do povo e da nação (VIEIRA, 2007, p. 390).

Isso significa que os debates políticos mesmo com a instauração da “República das Letras” (ALONSO, 2009) continuaram a atravessar a discussão desses sujeitos, seja no tocante da crítica ao regime republicano (CARVALHO, 2011), seja nas estratégias por meio da educação cívica para consolidar o novo regime (VIEIRA, 2007).

Nesse sentido, a educação cívica aparece como a grande estratégia pregada por esses sujeitos (VIEIRA, 2007; ALONSO, 2009; CARVALHO, 2011). Paralela e relacionada ao civismo, às questões educacionais se ocupavam também de pensar o problema da higiene (FERNNADES, 1924, 1925; BOMFIM, 1926); do analfabetismo (BOMFIM, 1993; FERNANDES, 1924, BARBOSA, 1982); da educação para infância (BOMFIM, BILAC, 1913; FERNANDES, 1918, 1924; BARBOSA, 1982); da educação feminina (BARBOSA, 1882; FERNANDES, 1923) e etc.

Algumas considerações

Os intelectuais brasileiros tiveram suas atribuições marcadas pela estrutura da divisão social do trabalho, que no Brasil ainda oscilava entre atividades ligadas aos poderes locais e o surgimento da classe urbana e da imprensa profissionalizada (MICELI, 2001). Nossa compreensão em torno da categoria *intelectual* de Antonio Gramsci (1982) buscou levar em consideração, fundamentalmente, a experiência histórica que tornaram a atuação desses homens peculiares no contexto brasileiro.

Diante disso, no contato com os textos produzido pelo intelectual paraibano Carlos D. Fernandes, bem como outros trabalhos que apontaram na direção dos intelectuais e a sociedade (BOTELHO, 1999; VIEIRA, 2007; ALONSO, 2008; MELLO, 2008; GOMES, 2010; NOGUEIRA, 2010;





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

CARVALHO, 2011), podemos observar que as posições políticas desses sujeitos no debate educacional do Império à República, apontaram no sentido que, além de assumirem uma identidade intelectual plástica, também tiveram suas ações atravessadas pelo debate político, que envolvia a modernização da civilização brasileira, cujo lócus em alguns momentos, foi à educação como redentora da nação (BOTELHO, 1999).

Algumas questões aqui apresentadas foram basilares para nosso estudo, a saber: a primeira diz respeito ao fazer intelectual desses brasileiros, em especial de Carlos D. Fernandes, que nos indicam que seu itinerário é atravessado pela consolidação das burocracias intelectuais, e que paralelo a divisão do trabalho, esses indivíduos produziram ação política; a segunda aponta que foram por meio dos impressos, principalmente os jornais, que houve a disseminação das ideais educativas desse período; e por fim, a educação cívica foi a grande estratégia de consolidação nacional. Contudo, é preciso ressaltar que, em função do caráter preliminar da investigação, muito mais impressões foram derivadas desse primeiro contato com as fontes da investigação, as quais, por outro lado, muito mais instigaram o se debruçar sobre elas e menos possibilitaram consubstanciar de modo mais adequado essa intervenção, sendo apenas, não menos importante, um primeiro passo de uma intuição a ser desbravada.

Referências

AGUIAR, Ronaldo Conde. **O rebelde esquecido**. Tempo, vida e obra de Manoel Bomfim. Rio de Janeiro: Topbooks, 2000.

ALONSO, Angela. **Apropriação de idéias no segundo reinado**. IN: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (Orgs). O Brasil Imperial: 1970-1989. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. 3v.

_____. Arrivistas e decadentes: O debate político-intelectual brasileiro na primeira década republicana. Novos Estudos – CEBRAP. São Paulo, n. 88, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-3302009000300006&script=sci_arttext>. Acesso em 10 de Nov. de 2011.

BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido se desmancha no ar**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

BARBOZA FILHO, Rubem. **Tradição e artifício**. Iberismo e barroco na formação americana. Belo Horizonte: UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2000.

BOTELHO, André. **Educação e Modernidade no Brasil**. Revista Cultura Vozes. São Paulo, v.93, n.1, 1999. Disponível em: < <http://www.ifcs.ufjr.br/~nusc/vozes.pdf>>. Acesso em: 5 out. 2009.

CARVALHO, José Murilo de. **A formação das Almas: o imaginário da República no Brasil**. São Paulo: Companhia das letras, 2011.

_____. **A Construção da Ordem: a elite política imperial**. Rio de janeiro: Civilização Brasileira, 2008.





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

COSTA, J. C. C.; GALVÍNIO, A.; ESPINDOLA, M. L. **Intelectuais, História e Pensamento Brasileiro: escravidão, trabalho e educação no América Latina Males de Origem de Manoel Bomfim.** Revista HISTEDB On-line, v. 37, p. 183-204, 2010. Disponível em: < www.histedbr.fae.unicamp.br/revista/edicoes/37/art13_37.pdf > Acesso em: 5 dez. 2010.

GOMES, Angela de Castro. **História, ciência e historiadores na Primeira República.** IN: HEIZER, Alda; VIDEIRA, Antonio Augusto Passos (Orgs.). Ciência, civilização e república nos trópicos. Rio de Janeiro: Mauad X: Faperj, 2010.

GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a Organização da Cultura.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

MELLO, Maria Tereza Chaves. **A modernidade Republicana.** Tempo, vol.13, n.26, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-77042009000100002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 20 maio 2010.

NEMI, Ana Lúcia Lana. **Brasil e Portugal: a história nacional entre tradição e renovação.** Almanack braziliense, n. 04, nov. 2006.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. **O encontro de Joaquim Nabuco com a política: as desventuras do liberalismo.** São Paulo: Paz e Terra, 2010.

REIS, José Carlos. **As Identidades do Brasil 2: de Calmon a Bomfim: a favor do Brasil: direita ou esquerda?** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

RICUPERO, Bernardo. **O encontro de Joaquim Nabuco com a política: as aventuras do liberalismo (Resenha).** Revista Brasileira de Ciências Sociais. São Paulo, V. 25, N. 74, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-69092010000300011&script=sci_arttext>. Acesso em 10 de jan. de 2012.

ROCHA, Marlos Bessa Mendes. **Matrizes da modernidade republicana.** Campinas: Autores Associados, 2004.

TRIGUEIRO, Oswaldo. **A Paraíba na Primeira República.** João Pessoa: A UNIÃO, 1982.

VIEIRA, Carlos Eduardo. **Cultura e formação humana no pensamento de Antonio Gramsci.** Educ. Pesqui. São Paulo, vol.25, n.1, 1999. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1517-97021999000100005&script=sci_arttext>. Acesso em: 08 jan. 2012.

_____. **Intelectuais e o discurso da modernidade na I Conferência Nacional de Educação (CURITIBA-1927).** IN: BENCOSTTA, Maracus Levy Albino (Org.). Culturas escolares, saberes e práticas educativas: itinerários históricos. São Paulo: Cotex, 2007.

_____. **Conhecimento histórico e arte política no pensamento de Antonio Gramsci.** FARIA FILHO, Luciano Mendes de. Pensadores sociais e História da Educação. Belo Horizonte : Autêntica Editora, 2008.

Fontes

BOMFIM, Manoel. BILAC, Olavo. Atravez do Brazil. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1913.

_____. Lições de Pedagogia: theoria e prática da educação. Rio de Janeiro: Lyrraria Francisco Alves, 1926.

BARBOSA, Rui. **Reforma do ensino primário e várias instituições complementares da instrução pública.** Obras completas. Vol. X, tomo I ao IV. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1947.

FERNANDES, Carlos Dias. **Noção de Pátria.** Conferência realizada no dia 24 de março de 1914, no Liceu Paraibano. In: A União. Paraíba. 25 de março de 1914.

_____. **Escola Pittoresca.** Rio de Janeiro: Leite Ribeiro & Maurillo, 1918.

_____. **Políticos do Norte III: Epitácio Pessoa.** Rio de Janeiro: Oficinas Graficas do Jornal do Brasil, 1919.





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”
Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

___ **O Feminismo: a emancipação da mulher pela cultura, pelo trabalho.** Conferência proferida na Escola Normal, como paraninfo dos diplomados da Escola Remington em 25 de Nov. de 1923. Imprensa Oficial: Parahyba do Norte, 1923.

___ **Infância Proletária.** Conferência realizada no Teatro Santa Rosa, em 8 de jun. de 1924. Imprensa Oficial, Parahyba do Norte, 1924.

___ **O problema da Instrução no Brasil.** Jornal A União, Paraíba, 13 dez. 1924.

___ **Puericultura e hygiene infantil.** Jornal A União, Paraíba, 29 de out. de 1925.

LEÃO, Carneiro. **Educação Popular.** Conferência realizada no dia 16 de abril de 1914, no Liceu Paraibano. In: A União. Paraíba. 17 de abril de 1914.

MARTINS, Eduardo. **Carlos D. Fernandes: Notícias biobibliográfica.** João Pessoa: A União, 1976.

___ **A União: Jornal e História da Paraíba sua evolução gráfica e editorial.** João Pessoa: A União, 1978.

PESSOA, Eptácio. **Obras completas de Eptácio Pessoa vol. XX: Miscelânea.** Rio de Janeiro: Ministério da Educação e da Cultura, 1960.

___ **Obras completas de Eptácio Pessoa vol. XXII: Côrte Permanente de Justiça Internacional (1923-1930).** Rio de Janeiro: Ministério da Educação e da Cultura, 1960.

PINTO, João Pereira de Castro. **Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa do Estado da Parahyba,** em 1º de setembro de 1914. Parahyba: Imprensa Oficial, 1914.

HOLLANDA, Francisco Camillo de. **Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa do Estado da Parahyba,** em 1º de setembro de 1917. Parahyba: Imprensa Oficial, 1917.

